

RUY PÓVOAS E O PROJETO UESC: LUGARES E MILITÂNCIA

Dinalva
Melo¹

Bem, eu quero agradecer o convite para estar aqui neste Colóquio. A professora Marialda Silveira foi extremamente sedutora para me convencer a fazê-lo. Em seguida, foi Jeanes Larchert que me solicitou um texto escrito. À época, eu lhe disse: não vou fazer nada escrito, porque o que eu vou fazer lá não será uma palestra. Por isso, eu quero pedir licença à academia para ser apenas a relatora de um processo, e também de uma amizade. Estou emocionada, viu Ruy? Isso é grave...

[1] Professora titular do DFCH - Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESC, Secretária de Educação do Município de Itabuna (BA).
E-mail: <dinalvameo53@gmail.com>.

porque eu não costumo emocionarme com facilidade. Olhem a cara dele de perplexidade... E, para que eu me acalme mais um pouco, eu convido o pessoal do teatro, Alba Cristina, Luciano Lima e Zélia Possidônio para me dar o tempo necessário para respirar.

Eu acho que o relato que farei aqui diz respeito, em alguns casos e em algumas circunstâncias, a atos realizados na contramão. Aliás, a existência da UESC como escola pública nasceu por um ato de contramão na história

O que vou fazer aqui não pode ter o nome pomposo de palestra, vou fazer um relato. Mesmo porque eu não tenho o domínio da técnica da história, Ruy é muito mais historiador e dono de uma precisão ci-

rúrgica para relatar. Eu apenas precisei alguns fatos que resolvi destacar para falar da militância de Ruy. O fiz por décadas, pois não saberia precisá-la em datas. Por isso, a minha fala é um relato das minhas lembranças.

Quando o texto ficou pronto, me perguntei o que seria militância? Ela é uma palavra esquisita, porque remete a militar, remete a exercício. Eu não estou falando de um militar, mas de alguém que esteve no exercício rigoroso, implacável e irreduzível do seu fazer acadêmico. Muitas vezes em contramão, no sentido inverso aliás, como é próprio de Ruy: o oposto, o inverso, a contramão. Eu acho que o relato que farei aqui diz respeito, em alguns casos e em algumas circunstâncias, a atos realizados na contramão. Aliás, a existência da UESC como escola pública nasceu por um ato de contramão na história. Eu vou dizer isso aqui no texto. Abro parêntesis e peço licença neste momento para cumprimentar a minha professora que está aqui conosco, a professora Helena dos Anjos, que há tanto não vejo e foi quem me colocou nos caminhos da Filosofia.

Lamentavelmente o tempo é muito curto para falar

de uma trajetória de mais de 40 anos. Para começar vou precisar me reportar à década de 60, quando Ruy e outros colegas da Faculdade de Filosofia de Itabuna – FAFI, percorríamos os municípios da então chamada Região Cacaueira para obter livros junto à comunidade, para formação da biblioteca da FAFI. Ruy ainda era estudante de Letras, mas não abria mão de ser engajado na luta pelo ensino superior no interior da Bahia. Formou-se e, pouco tempo depois, já estava atuando na condição de docente da FAFI. Esteve presente em todas as frentes para a transformação das escolas isoladas de ensino superior (FAFI, FDI e FACEI) na Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna-FESPI.

Por lá, Ruy não passou sem deixar sua marca. Sua atuação docente através de uma pedagogia bombástica era por demais comentada. A década de oitenta desponta trazendo as primeiras dificuldades para manutenção do projeto de ensino superior privado. Começa a luta pela publicização da FESPI e conseqüentemente, pela constituição de uma

universidade pública e gratuita no Sul da Bahia. Estadualizar, Federalizar ou “Ceplaquizar”? Esse era o mote da época e o motivo de muitas noites passadas em intensos debates no auditório da FESPI. Lá estavam muitas lideranças que hoje conduzem os destinos de algumas cidades do litoral sul. É importante dizer que esta luta situava-se na contramão da história. O processo de expansão do ensino superior brasileiro naquele momento era no formato privado. Frente a essa política de privatização, como

tornar pública uma federação de escolas? É essencial destacar que embora privada, os alunos da FESPI tinham gratuidade por meio de bolsas concedidas com recursos da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. O modelo vigente, então, agradava a muitos porque mantinha a lógica da submissão regional. Mas, falava-se da dívida do Estado para com o Sul da Bahia. Era preciso ter uma universidade pública e gratuita.

Àquela época, Ruy, juntamente com mais três cole-

gas, decidem fazer mestrado. A pergunta que surgia era: para quê? Para muitos, mais um ato insano. A forma jurídica e financeira para liberação de cada um foi diferenciada, como era natural. Ruy vai para o Rio de Janeiro praticamente sem apoio e só consegue finalizar o curso porque foi acolhido por Jorge Araújo que o abrigou. Na volta, com vontade férrea de fazer da pesquisa uma vertente do fazer fespiano, perguntam-lhe: para quê? Diziam: nossa tarefa é ensinar. E os quatro lunáti-



Foto 46: acervo Kãwê

cos que voltavam do mestrado lamentavam-se, mas movidos pela ousadia do crescimento e pela estranheza que as idéias provocavam. Éramos peixes fora d'água. Mesmo assim, criamos a Revista FESPI que sobreviveu por cinco anos e meio com 12 números publicados. Quem era o revisor? Ruy Póvoas, claro.

As próximas falas revelarão com certeza as militâncias de Ruy até hoje, ou quem sabe teremos que fazer outro evento para contar os desdobramentos dessa história

A equipe de administração da FESPI que já atuava há mais de uma década se despede. Inicia-se a primeira eleição direta para escolha do novo diretor. Lá estava Ruy apoiando um candidato de oposição. Ob-

viamente, foi derrotado. Aliás, na sua militância sempre esteve na oposição e nunca perdeu de vista a luta pela constituição da universidade pública. Após a eleição, um novo/velho grupo de poder se instala.

De repente a CEPLAC, que contribuía com verbas para pagar 90% das despesas de manutenção da FESPI, foi proibida pelo então Ministro da Fazenda, de financiar o ensino superior na Bahia, leia-se a FESPI. O diretor mandou confeccionar os famosos carnês com valores reais e reajustados para pagamento das mensalidades. Finalmente, a comunidade percebeu que estávamos em uma instituição particular. Instalou-se o caos. Greve de seis meses. Lá estava Ruy deitado no asfalto da BR 415 em sinal de protesto e oferecendo a vida em holocausto. Depois de muitos embates e resistências destituiu-se o diretor geral da FESPI. Ruy estava lá na CEPLAC nos dias fatídicos e hiláricos, exigindo providências para o excesso de *fair play* administrativo. Com a vacância do cargo, forma-se uma lista sêxtupla a ser submetida ao Conselho Diretor da FESPI para

substituir o diretor destituído. RUY compôs a lista. Obviamente não foi escolhido e nem nome algum da lista sêxtupla. Ruy protesta, vai pedir bom senso ao escolhido, mas não tem sucesso. Novo/velho governo se instala. O governo do estado se sensibiliza diante da grave situação da FESPI e decide assumir a folha de pagamento dos servidores. Os salários estavam atrasados há seis meses. Muitos passaram necessidades. Começa uma nova fase e a discussão estadualizar, federalizar ou “ceplaquizar” arrefece face ao aceno do governo da Bahia em estadualizar a FESPI. Ruy era na época diretor da Faculdade de Filosofia e fazia a sua gestão com seu estilo peculiar. Cria-se uma Coordenadoria de desenvolvimento Institucional para cuidar da concepção da universidade prometida. Ruy era membro destacado do grupo. Da promessa da estadualização até a sua efetivação foram muitas reuniões, lutas e perplexidades. Ruy tem todos os relatos da época. São documentos históricos que, aliás, a UESC/CEDOC precisa pensar em publicá-los.



Tentamos publicar um livro sobre o assunto, mas não fomos bem sucedidos; talvez fossemos desvelar véus encobertos e protegidos nesta luta que precisa continuar com os anti-heróis esquecidos. Visitem o auditório do 5º andar da torre administrativa da UESC e lá contemplem a placa existente para compreenderem o que digo. Quem sabe a história em momento oportuno, não faça justiça aos acontecimentos.

A Coordenadoria de Desenvolvimento institucio-

nal, auxiliada por uma comissão paritária, depois de um ano de trabalho, apresenta a carta-consulta para implantação da nova universidade, mas ela tinha um ponto polêmico na sua concepção organizacional: o modelo de poder era “binário”. O mesmo que vocês vivenciam e não valorizam. O que significava isto? As faculdades que constituíam a FESPI acabariam e seriam substituídas por departamentos. O poder ficava dividido entre a base, representada pelos departamen-

tos e pela reitoria. Não haveria uma instância de decisão intermediária que faria da instituição algo mais burocrático do que é normalmente. Nova batalha. Ruy em um gesto de nobreza e de coragem faz uma reunião com sua congregação e extingue a FAFI acabando com seu cargo de diretor. Ele é um louco. Ouvíamos à boca pequena. E os demais diretores? Aí é outra estória. O diretor geral pressionado pelas pressões, decide submeter o nosso trabalho a uma consultoria. Apreensão

no grupo. Surpresa: aprovação técnica absoluta. Organizamos um seminário para apresentação do documento. Auditório lotado. Para nossa surpresa e decepção, silêncio absoluto. Estava aprovada, em face de ausência de contestações ou complementos, nossa carta con-

sulta. Ela ainda passou mais de um ano guardada antes do envio ao Conselho Estadual de Educação. Isso levou tanto tempo que os dados de contextualização ficaram desatualizados, mas para nossa satisfação, o modelo binário persistiu. Logo depois todas as universidades estaduais

da Bahia passaram a ter esta estrutura organizacional. Era o ano de 1996.

As próximas falas revelarão com certeza as militâncias de Ruy até hoje ou quem sabe teremos que fazer outro evento para contar os desdobramentos dessa história.

